



3546 - Trabalho Completo - XIV ANPED-CO (2018)
GT 05 - Estado e Política Educacional

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A NOVA PEDAGOGIA DA HEGEMONIA

Fabíola da Silva Ferreira - UFMS/Campus do Pantanal - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Este artigo aborda a questão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e sua articulação com a Nova Pedagogia da Hegemonia. Num primeiro momento buscamos apresentar alguns dos pressupostos da Nova Pedagogia da Hegemonia e posteriormente demonstramos como os intelectuais orgânicos do empresariado em articulação com o Ministério da Educação, tem cumprido papel fundamental na formação de consenso em torno do documento. Concluímos o artigo enfatizando que os discursos formados em torno da BNCC têm servido como um meio de assegurar a conservação do projeto neoliberal de educação, sendo este fundamentado principalmente na perspectiva da terceira via e, portanto, encontra relação direta com a tese apresentada por Neves (2005) da Nova Pedagogia da Hegemonia.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular; Nova Pedagogia da Hegemonia; Terceira Via;

INTRODUÇÃO

As políticas Educacionais dos países periféricos vêm sendo recomendadas há um longo período por Organismos Multilaterais (OM), com destaque no cenário internacional as políticas do Banco Mundial (BM) em conjunto com o Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização Mundial do Comércio (OMC), dentre outras (LIBÂNEO, 2013; FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003). De acordo com Libâneo (2013, p. 1) estas instituições buscam a “uniformização das políticas Educacionais”. Envolto pela nova fase de expansão do capitalismo - o capitalismo financeiro - esses organismos atuam de forma orgânica na construção, nos países periféricos, dos pilares de sustentação do capital.

Esta nova fase de expansão do capital é marcada, sobretudo, pela substituição de uma economia baseada exclusivamente na produção de produtos (mercadorias) por uma economia baseada na especulação financeira, como afirma Silva (2002, p. 13) “diante da crise estrutural, as elites conservadoras internacionais recompuseram a ordem capitalista calcando-a no capital proveniente não apenas da produção, mas essencialmente da circulação financeira”.

A educação que até então vinha sendo discutida e implementada nas políticas dos Organismos Internacionais vinculadas ao desenvolvimento da economia passa a ser atrelada ao processo de globalização (LIBÂNEO, 2013). O principal argumento, no campo político-ideológico, é a afirmação de que não há fronteiras entre os países, que vivemos em uma sociedade globalizada (CHESNAIS, 1995). Tese que fundamenta o processo que Chesnais (1995) denomina de “Mundialização do Capital”¹.

Segundo Libâneo (2013) o processo de Internacionalização da política passa a ocorrer, então, de forma mais intensa entre os países, constituindo-se da relação entre os governos nacionais e as Organizações Multilaterais, na qual as instituições internacionais buscam interferir na elaboração das políticas locais, imprimindo suas lógicas e fundamentos para consolidar um modelo de política que

corresponda às necessidades globais, no caso, de expansão do capitalismo.

No campo educacional, a internacionalização da política se expressa na adequação e elaboração de políticas educacionais nacionais, programas, projetos de leis, etc., tudo em conformidade com as recomendações dos Organismos Multilaterais (LIBÂNEO, 2013). As discussões e objetivos traçados acerca dos caminhos e funções a serem desempenhadas pela Educação levaram os Organismos Internacionais a definir uma Agenda Internacional para a Educação. Esta agenda é estruturada a partir da articulação entre instituições e grupos do empresariado nacional e instituições internacionais organizados em Redes de Políticas Públicas (LOPES, 2010; SHIROMA; EVANGELISTA, 2014).

Segundo as autoras as redes de políticas públicas são formadas a partir da articulação entre os grupos do empresariado local, instituições privadas sem fins lucrativos nacionais e internacionais, e os OM, que se organizam de forma orgânica na sociedade civil e desenvolvem ações no setor social de adequação aos novos padrões hegemônicos de sociabilidade (LOPES, 2010; SHIROMA; EVANGELISTA, 2014).

Na discussão referente a Base Nacional Comum Curricular os mesmos interesses encontram-se em questão, a busca por legitimação do discurso e, logo, a definição da direção intelectual e moral da sociedade, ou seja, a consolidação de uma hegemonia, e são essas as questões que buscamos tratar nesse artigo, trazendo sobretudo, as estratégias utilizadas pelos reformados educacionais no sentido de formar consenso em torno da BNCC, e ainda, mostramos que as estratégias e movimentos que envolveram a implementação da BNCC, corrobora a tese apresentada por Neves (2005) da Nova Pedagogia da Hegemonia.

A Nova Pedagogia da Hegemonia

A “Nova Pedagogia da Hegemonia”, é um termo criado por Neves (2005) amparado no conceito de Gramsci de Hegemonia, que expressa a disputa entre duas classes antagônicas pela direção da sociedade, embate que se desenvolve no campo da sociedade civil, e tem os Aparelhos Privados de Hegemonia – associações, escola, sindicatos, mídia, entre outros - como importantes instrumentos na consolidação de consensos.

A Nova Pedagogia da Hegemonia se estabelece principalmente a partir dos princípios e fundamentos da Terceira Via², também chamada, segundo Lima e Martins (2005, p. 43), de “centro radical, centro-esquerda, nova esquerda, nova social-democracia, nova social-democracia modernizadora ou governança progressiva”, numa leitura crítica do conceito também emprega-se o nome de “social liberalismo”, termo que segundo a autora melhor expressa a característica “envernizada” do projeto burguês que mantém as bases neoliberais, contudo, agora conciliada ao projeto reformado da social-democracia.

Segundo Martins e Neves (2010) a Nova Pedagogia da Hegemonia se estabeleceu, de forma mais efetiva, no Estado e na Sociedade Civil no final do século XX e início do século XXI, expressando uma nova dimensão educativa do Estado capitalista, cuja principal função era consolidar a dominação burguesa através da educação. Uma das principais estratégias é a difusão do discurso de ineficiência do Estado, frente à resolução de problemas sociais e, portanto, a necessidade da sociedade civil tomar à frente nesse processo, tornando-se responsáveis por desenvolver ações voluntariamente no campo social (MARTINS; NEVES 2010).

Martins e Neves (2010) afirmam que a Nova Pedagogia da Hegemonia se efetiva na prática através de sua legitimação como teoria dominante, a partir do consentimento dos indivíduos, ação que ocorre em resultado da atuação dos Intelectuais Orgânicos do capital responsáveis pela divulgação do discurso. De acordo com os autores, os intelectuais da Nova Pedagogia da Hegemonia são “pessoas e organizações cuja atribuição específica é a formulação, adaptação e disseminação, em diferentes linguagens, das idéias que fundamentam a nova concepção de mundo e práticas político-ideológicas da burguesia mundial” (MARTINS & NEVES, p. 25) Portanto, são peças-chave no processo de conformação dos indivíduos para a “nova” ordem social burguesa. Sendo o consenso ativo uma das estratégias mais eficazes na manutenção da Hegemonia. Gramsci (2011 apud. SANTOS, 2013, p. 333) afirma tratar

de questão vital não o consenso passivo e indireto, mas o consenso ativo e direto, ou seja, a participação dos indivíduos, ainda que isso provoque uma aparência de desagregação e de tumulto. Uma consciência coletiva, ou seja, um organismo vivo só se forma depois que a multiplicidade se unifica através do atrito dos indivíduos: e não

se pode dizer que o “silêncio” não seja multiplicidade.

Essa forma de consenso se realiza principalmente, através de políticas que disseminam os ideais de “participação”, “cooperação” e “inclusão” dos indivíduos, noções que permanecem no nível do discurso, sendo efetivo, desta forma, na conformação dos vários sujeitos ao projeto social hegemônico.

Os Intelectuais Orgânicos do capital contribuindo para a formação de consenso em torno da Base Nacional Comum Curricular

É perceptível no movimento de criação e implementação da BNCC a atuação de intelectuais orgânicos na busca por formar consenso em torno do documento. Um dos discursos que se formam em torno da BNCC é a ideia de que a implantação da BNCC solucionará os problemas educacionais, especialmente, os referentes as desigualdades entre escolas para ricos e pobres. Como se evidencia na fala do Ministro da Educação, Mendonça Filho no dia da homologação da BNCC³:

Estamos viabilizando a construção de uma nova educação no Brasil, que seja inclusiva, que gere equidade e oportunidade para todos, para que o filho do pobre possa ter acesso ao mesmo conteúdo de qualidade e de etapas da sua vida educacional disponível aos estudantes de classe média ou mais ricas (Grifos nosso).

É através da disseminação desses discursos que o consenso vai se formando e fortalecendo e a BNCC vai se transformando em elemento essencial para a educação, contudo, sem a realização da devida reflexão sobre os fundamentos e objetivos que dão materialidade ao documento.

A construção da BNCC foi marcada por um forte discurso de protagonismo e por uma suposta ideia de que o documento é a expressão de um projeto conjunto e democrático. Em sua elaboração abriu-se espaço para as contribuições de diversos sujeitos e grupos da sociedade civil, que efetivaram sua participação através de consultas públicas realizadas a partir do portal online da Base Nacional Comum Curricular, assim como, por encontros e seminários que ocorreram em todas as regiões do Brasil, organizados pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME).

Esse processo gerou um número expressivo de 12 milhões de contribuições que foram recolhidas durante o período de consulta pública, esse número foi divulgado e enfatizado em vários momentos pelo Ministério da Educação e demais instituições e sujeitos da sociedade civil, segundo Andrade, Neves e Piccinini (2017) os 12 milhões de contribuições serviram como estratégia para garantir a legitimidade da BNCC, que mesmo sendo conduzida em um período político e econômico nacional conturbado e com a forte presença do empresariado na sua definição prosseguiu rumo a sua homologação.

A terceira versão da BNCC foi a que mais sofreu mudanças distanciando-se de suas versões anteriores. O documento começou a ser redigido em agosto de 2016, com alterações na equipe redatora, sendo criado um Comitê Gestor da Base - presidido por Maria Helena Guimarães de Castro e participação de Maria Inês Fini - que indicou um grupo mais seleto de especialistas para escrever o documento (BRASIL, 2018). Dentre os especialistas destacamos a figura de Guiomar Namó de Mello, responsável por redigir a parte da BNCC referente à formação dos professores.

As três especialistas, citadas anteriormente, compõem o “Movimento Pela Base Nacional Comum”, organização não-governamental, que agrega um conjunto de pessoas e instituições, como: Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho, Instituto Ayrton Senna, Instituto Inspirare, Instituto Natura, Instituto Unibanco, Todos Pela Educação, Conselho Nacional de Secretários de Educação, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, entre outros (MOVIMENTO TODOS PELA BASE NACIONAL COMUM, 2017). Sendo as duas últimas instituições parceiras do Ministério da Educação no processo de construção da BNCC.

Tais articulações demonstram o quadro complexo e preocupante que envolve a definição de um documento tão abrangente como a BNCC. Segundo Andrade, Neves e Piccinini (2017) o Movimento Pela Base Nacional Comum é o agente centralizador da BNCC, este “formula e utiliza meios para garantir o predomínio de suas posições, ainda que tornando mais abrangente a participação de outros sujeitos no desenvolvimento da BNCC, inclusive de sujeitos contrários a determinação de um currículo comum” (ANDRADE; NEVES; PICCININI, 2017, p. 4), ou seja, age principalmente a partir da formação de consentimento ativo.

Além do envolvimento do empresariado, a terceira versão da BNCC traz o desenvolvimento de

competências como enfoque central do documento com o objetivo de “formar” para o século XXI. E ainda, o documento da BNCC enfatiza seu compromisso com a Agenda 2030 da ONU.

Considerações Finais

Deste modo, podemos perceber que a articulação dos indivíduos e grupos da sociedade civil ativa, organizados em sua maioria em redes, tem contribuído nacional e internacionalmente para o processo de “governança”, compreendida em sentido amplo, de acordo com Shiroma (2011, p. 19) como a “gestão pública de complexas redes interorganizacionais que substituem as funções tradicionais do Estado na oferta de serviços públicos à população”, ou seja, é um movimento característico da Terceira Via, na qual o Estado amplia seu campo de relações a partir de sua articulação com organizações do terceiro setor, representado por organizações e grupos empresariais.

Nesse sentido, grupos e instituições empresariais se reúnem em torno da educação, com vistas a reconfigurá-la, na busca de promover novas formas de sociabilidade a partir, principalmente da educação, apresentada por Frigotto (2000, p.25) como “campo social de disputa hegemônica”. Segundo o autor esta disputa é travada historicamente na tentativa de articular concepções, processo educativo, currículo escolar aos interesses de classe.

A Base Nacional Comum Curricular encontra-se na atualidade no centro de tal disputa sendo explícito o envolvimento do empresariado na definição do documento e direcionamento da política, através de parcerias com o Ministério da Educação, sendo o Movimento Pela Base, o principal protagonista na construção da BNCC.

Tais características vão ao encontro da concepção assinalada por Neves (2005) da Nova Pedagogia da Hegemonia, cujas estratégias se pautam, sobretudo, na formação de consenso, mais especificamente pelo consenso ativo. Deste modo, os discursos formados em torno da BNCC têm servido como um meio de assegurar a conservação do projeto neoliberal de educação, sendo este fundamentado principalmente na perspectiva da terceira via.

Notas

1. O processo de “Mundialização do Capital” segundo Chesnais (1995) é resultado de dois movimentos fundamentais: o primeiro se refere ao longo processo de acumulação do capital, vivenciado com maior intensidade nos “trinta anos gloriosos”, e o segundo movimento - desencadeado pelo desenvolvimento tecnológico e atrelado ao processo de globalização-, se refere às políticas de liberalização, privatização e desregulamentação das políticas sociais, desenvolvidas através das parcerias entre os Estados capitalistas e o capital industrial e financeiro (CHESNAIS, 1995).
2. Segundo Neves et. al (2015, p.34) a terceira via configura-se como um projeto político neoliberal que reforma os preceitos da social-democracia neoliberalizante, implantando novas estratégias para a revitalização do capitalismo, fundamentada em ideais de conciliação entre as classes, um projeto híbrido de desenvolvimento “capaz de assegurar a preservação da economia de mercado sem desprezar a ideia de justiça social”. Marcada por uma concepção de capitalismo humanizado, a terceira via é justificada pelos intelectuais na nova pedagogia da hegemonia pelo emprego de ideologias que buscam consolidar na população a ilusão de que vivemos em uma “nova era”, em uma “nova ordem social global” materializada principalmente na ideia de “sociedade do conhecimento”, cuja palavra de ordem é a adaptação aos novos preceitos sociais globais, e que para tanto era necessária a união entre as classes (NEVES, et. al., 2015, p.35). Nesse contexto, a luta de classe torna-se algo ultrapassado, o novo período exige a cooperação entre as classes e colaboração da sociedade civil e, portanto, a construção de uma sociedade civil ativa (NEVES, et. al., 2015). Dessa forma, empresas, por meio de suas instituições e fundações, passam a intervir como parceiras do Estado na execução de políticas sociais, principalmente na área educacional, uma vez que a escola é a principal responsável pela conformação da sociedade aos novos padrões culturais, morais, éticos e políticos-sociais da nova ordem (NEVES, et. al., 2015).
3. Maria Cecília assina Acordo de Cooperação para Construção do Currículo de MS. Disponível em: <http://www.sed.ms.gov.br/maria-cecilia-participa-da-homologacao-da-base-nacional-comum-curricular/>. Acesso: 25 de abril de 2018.
4. Vale enfatizar que as audiências públicas realizadas sobre a BNCC foram apenas consultivas.
5. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2016/03/base-nacional-comum-curricular-recebeu-mais-de-12-milhoes-de-contribuicoes>. Acesso: 30 de abril de 2018.
6. Andrade, Neves e Piccinini (2017) apontam alguns eventos, entre eles: a queda do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, o aumento da inflação e desemprego, os casos de corrupção nacional envolvendo políticos do alto escalão e grandes grupos econômicos, além do racha entre o PT e PMDB, que resultou no *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, assumindo o governo Michel Temer que prosseguiu com a construção e implementação da BNCC.

7. Durante o 16º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, realizado pela UNDIME, no dia 8 a 11 de agosto de 2017, a UNESCO no Brasil marcou presença, esta apresentou a Agenda Educação 2030 e lançou a publicação: Reflexões de apoio para o desenvolvimento curricular no Brasil: guia para gestores educacionais. Documento que busca auxiliar a construção e implementação da BNCC do Brasil, cujo público alvo, são os gestores de redes estaduais e municipais. Documento disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0025/002565/256551por.pdf> Acesso: 29 de abril de 2018.

Referências

- ANDRADE, M. C. P.; NEVES, R. M. C.; PICCININI, C. L. Base nacional comum curricular: disputas ideológicas na educação nacional. *Colemarx*, 2017. Disponível em: < <http://www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017/MC37/mc373.pdf> > Acesso: 15 de junho de 2018.
- BRASIL. MEC. CONSED. UNDIME. *Base Nacional Comum Curricular*. Terceira versão. MEC/Consed/Undime, março de 2018, 468p.
- CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 5, 1995.
- FRIGOTTO, G. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 2000.
- FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. *Educação e sociedade*, v. 24, n. 82, p. 93-130, 2003.
- LIBÂNEO, J. C. Internacionalização das Políticas Educacionais e Repercussões no Funcionamento Curricular e Pedagógico das Escolas. In: LIBÂNEO, J. C.; SUANNO, M. V. R.; LIMONTA, S. V. (Org.). *Qualidade da Escola Pública: Políticas educacionais, didática e formação de professores* Goiânia: CEPED Publicações, 2013. p. 1-229.
- LIMA, K. R. S.; MARTINS, A. S. Pressupostos, princípios e estratégias. In: NEVES, L. M. W. *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005. p. 43- 67.
- LOPES, K. C. *Educação pública como nicho de investimento social privada* 2010. 249 folhas. Dissertação (Pós-graduação em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- MARTINS, A. S.; NEVES, L. M. W. A nova pedagogia da hegemonia e a formação/atuação de seus intelectuais orgânicos. In: NEVES, L. M. W. (Org.). *Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia de hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2010. p. 23 -38.
- MOVIMENTO TODOS PELA BASE NACIONAL COMUM. *O movimento*. Disponível em: <<http://movimentopelabase.org.br/>>. Acesso: 02 de maio de 2017.
- NEVES, L. M. W.; MARTINS, A. S.; FALLEIROS, I.; SOUZA, C. A.; MELO, A. A. S. Mudanças na educação básica no capitalismo neoliberal de Terceira Via no Brasil. In: MARTINS, A. S.; NEVES, L. M. W. (Org.). *Educação básica: tragédia anunciada?*. São Paulo: Xamã, 2015. p. 23 – 44.
- NEVES, L. M. W. *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso* São Paulo: Xamã, 2005.
- SANTOS, F. A. Políticas educacionais para o século xxi: estratégias para a formação do consenso ativo. *Inter-Ação*, Goiânia, v. 38, n. 3, p. 613-631, 2013.
- SHIROMA, E. O. Redes sociais e hegemonia: apontamentos para estudos de política educacional. In: AZEVEDO, M. L.N.; LARA, A. M. B. (Org.). *Políticas para a Educação: análises e apontamentos* Maringá : Eduem, 2011.p. 15-38
- SHIROMA, E. O.; EVANGELISTA, O. Estado, Capital e Educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança. *Revista Educação e Fronteiras On-Line*. Dourados/MS, v.4, n.11, p.21-38, mai./ago. 2014.
- SILVA, M. A. *Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial*. São Paulo: Autores Associados, 2002.

